


DESKTOP S.A.

(anteriormente denominada Desktop – Sigmanet Comunicação Multimídia S.A.)

CNPJ nº 08.170.849/0001-15

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Mensagem da Administração
Evolução estratégica e disciplina de execução

O ano de 2025 representou mais um período de evolução consistente para a Desktop, marcado pelo fortalecimento de sua disciplina operacional e financeira. Ao longo do período, a Companhia avançou em iniciativas voltadas à otimização da estrutura de custos e ao aprimoramento da execução operacional, ao mesmo tempo em que manteve a expansão sustentável de sua base de clientes e a entrega pontual e assertiva de projetos de infraestrutura de rede em determinadas praças.

A Desktop encerrou o ano com 1.208 mil assinantes, crescimento de 7% em relação a 2024, e 4,8 milhões de casas passadas, expansão de 8% no mesmo período.

Avanços comerciais significativos

Diante do cenário macroeconômico mais adverso, visando a melhor alocação de capital, no quarto trimestre de 2025, a Desktop optou por dimensionar de forma mais criteriosa o ritmo de entrada de novos clientes, reforçando o foco na sustentabilidade financeira. A Companhia avançou de forma relevante na digitalização de suas vendas, com os canais digitais atingindo participação recorde no trimestre. Historicamente, as vendas realizadas no ambiente digital apresentam melhor perfil de cliente e menor incidência de inadimplência, contribuindo diretamente para uma base de assinantes mais saudável e maior eficiência na geração de caixa.

Com a evolução da plataforma comercial e maior sofisticação dos canais de aquisição, a Desktop atingiu um elevado nível de maturidade em que é possível modular o ritmo de crescimento de forma estratégica, podendo acelerar o volume de vendas e expansão da base sempre que julgar adequado, preservando a disciplina na alocação de capital.

Evolução de resultados e expansão de rentabilidade

Os avanços implementados ao longo do ano também se refletiram na evolução dos resultados financeiros da Companhia. No 4T25, a Desktop registrou uma Receita Líquida de R\$ 316 milhões, crescimento de 8% na comparação anual, enquanto no acumulado de 2025 a Receita Líquida totalizou R\$ 1,22 bilhão, também representando expansão de 8% em relação ao ano de 2024.

A evolução da rentabilidade foi ainda mais significativa. No trimestre, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 182 milhões, crescimento de 21% em relação ao 4T24, enquanto no acumulado do ano, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 654 milhões, crescimento de 13% em relação a 2024, com margem de 54%, avanço de 2,3 p.p. na comparação anual.

O Lucro Líquido Ajustado atingiu R\$ 42 milhões no trimestre e R\$ 154 milhões no acumulado de 2025, com margem líquida ajustada de 13%. O desempenho anual foi impactado principalmente pelo maior nível de despesas financeiras e pelo aumento das despesas de depreciação e amortização decorrentes dos investimentos realizados nos últimos anos, parcialmente compensados pelos ganhos de eficiência operacional capturados ao longo do período.

A evolução da rentabilidade ao longo do ano também se refletiu de forma relevante na geração de caixa da Companhia. No 4T25, o FCO Ajustado alcançou R\$ 181 milhões, crescimento de 11% em relação ao 3T25 e de 29% na comparação anual, enquanto o CAPEX Ajustado totalizou R\$ 82 milhões, queda de 6% frente ao trimestre anterior e de 40% em relação ao 4T24, representando 26% da Receita Líquida. Como resultado, o indicador FCO + CAPEX Ajustado somou R\$ 99 milhões no trimestre, avanço de 32% sobre o 3T25, evidenciando uma melhora consistente na conversão operacional em caixa. No acumulado de 2025, a geração de caixa atingiu R\$ 210 milhões, crescimento de 140% em relação a 2024, reforçando a capacidade da Companhia de transformar ganhos de eficiência e disciplina de investimentos em uma estrutura financeira cada vez mais sólida.

De forma geral, a evolução observada reflete o conjunto de iniciativas voltadas à eficiência operacional, revisão de contratos com fornecedores, otimização da estrutura organizacional e maior disciplina na gestão de despesas.

Gestão de Passivos

Durante 2025, a Desktop também avançou em sua estratégia de gestão ativa de passivos, aproveitando janelas favoráveis de mercado para otimizar o perfil de seu endividamento. As operações realizadas ao longo do período contribuíram para o alongamento do prazo médio das obrigações financeiras e para a redução do custo médio da dívida bancária, reforçando a solidez da estrutura de capital da Companhia. Encerramos 2025 confiantes na consistência de nossa estratégia e na capacidade da Desktop de continuar evoluindo a sua eficiência operacional e geração de caixa. Seguiremos comprometidos com a entrega da melhor experiência de conectividade e com a consolidação da Companhia como uma das principais plataformas de fibra óptica do Brasil.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	13	355.473	221.963	464.637	290.953
Aplicações financeiras	14	15.483	92.565	15.509	92.591
Contas a receber de clientes	4	108.715	105.954	158.274	162.619
Outras contas a receber de partes relacionadas	22.b	4.178	5.117	-	-
Tributos a recuperar	5	52.098	50.732	60.949	60.884
Imposto de renda e contribuição social	23.a	70	1.423	85	1.438
Despesas antecipadas	12	44.115	30.858	47.657	34.759
Outros valores a receber		9.681	3.608	20.211	8.283
Total do ativo circulante		589.813	512.220	767.322	651.527
Não circulante					
Tributos a recuperar	5	49.038	37.964	53.521	39.804
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.b	54.110	62.510	55.164	65.199
Despesas antecipadas	12	67.334	47.345	70.340	50.396
Outros valores a receber		1.965	2.002	10.767	9.395
Total do realizável a longo prazo		172.447	149.821	189.792	164.794
Investimentos	6.a.i	1.036.503	1.003.404	-	-
Imobilizado	7	1.411.427	1.212.682	1.827.120	1.643.187
Direito de uso	9.a.i	74.828	49.195	85.673	64.996
Intangível	8	100.237	90.171	988.445	986.408
		2.622.995	2.355.452	2.901.238	2.694.591
Total do ativo não circulante		2.795.442	2.505.273	3.091.030	2.859.385
Total do ativo		3.385.255	3.017.493	3.858.352	3.510.912
		Controladora	Consolidado		
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	15	95.054	103.481	116.580	123.483
Empréstimos e debêntures	16.a	59.011	9.724	59.011	10.321
Instrumentos financeiros derivativos	16.e	796	-	796	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	10	58.037	35.067	179.373	135.614
Contas a pagar para partes relacionadas	22.b	-	-	25.291	22.068
Passivo de arrendamento	9.b	32.944	22.839	39.425	31.345
Obrigações trabalhistas e sociais	11	48.168	45.065	60.939	59.174
Tributos a recolher	5	25.547	23.308	33.993	35.015
Imposto de renda e contribuição social	23.a	4.787	-	6.095	1.300
Dividendos a pagar		17.005	4.293	17.209	4.409
Outros valores a pagar		5.735	1.578	7.416	2.876
Total do passivo circulante		347.084	245.355	546.128	425.605
Não circulante					
Fornecedores	15	874	-	999	-
Empréstimos e debêntures	16.a	1.567.252	1.337.018	1.567.252	1.337.018
Contas a pagar por aquisição de empresas	10	246	50.121	69.820	174.075
Contas a pagar para partes relacionadas	22.b	-	-	90.270	88.667
Instrumentos financeiros derivativos	16.c	8.529	-	8.529	-
Passivo de arrendamento	9.b	46.190	30.545	51.860	39.668
Tributos a recolher	5	1.583	2.025	2.152	3.112
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.b	-	-	71.666	64.045
Provisão para contingências	21.a	4.989	3.273	11.125	8.724
Outros valores a pagar		520	912	520	912
Total do passivo não circulante		1.630.183	1.423.894	1.874.193	1.716.221
Total do passivo		1.977.267	1.669.249	2.420.321	2.141.826
Patrimônio líquido	17				
Capital social		958.289	955.700	958.289	955.700
Reserva de capital		62.603	64.404	62.603	64.404
Reserva de lucros		387.269	329.820	387.269	329.820
Ações em tesouraria		(173)	(1.680)	(173)	(1.680)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		1.407.988	1.348.244	1.407.988	1.348.244
Participação de acionistas não controladores		-	-	30.043	20.842
Total do patrimônio líquido		1.407.988	1.348.244	1.438.031	1.369.086
Total do passivo e patrimônio líquido		3.385.255	3.017.493	3.858.352	3.510.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agradecemos a confiança de nossos clientes, colaboradores, parceiros e acionistas.

EBITDA Ajustado

R\$ Mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Lucro Líquido	23.936	24.471	-2%	80.773	100.074	-19%
Resultado Financeiro	(69.153)	(65.640)	5%	(258.244)	(197.405)	31%
IR/CS	(17.826)	757	NM	(43.147)	(60.735)	-29%
Depreciação e Amortização	(70.152)	(59.121)	19%	(262.152)	(214.980)	22%
EBITDA¹	181.067	148.475	22%	644.316	573.194	12%
Margem EBITDA (%)	57%	51%	6 p.p	53%	51%	2 p.p
Despesas Não-Recorrentes e/ou Não-Operacionais	(1.381)	(1.765)	-22%	(9.230)	(5.594)	65%
Despesas de M&As/Não recorrentes	(710)	(1.588)	-55%	(7.446)	(3.121)	139%
Stock Option Plan	(671)	(177)	279%	(1.784)	(2.473)	-28%
EBITDA Ajustado²	182.448	150.240	21%	653.546	578.788	13%
Margem EBITDA Ajustada (%)	58%	51%	6 p.p	54%	51%	2 p.p

1- EBITDA calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 (=a partir da soma do lucro líquido, impostos, resultado financeiro e depreciação);

2- EBITDA Ajustado para excluir itens não-recorrentes que não devem ser considerados no cálculo de geração corrente de caixa operacional.

Lucro Líquido Ajustado

R\$ Mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Lucro Líquido	23.936	24.471	-2%	80.773	100.074	-19%
Margem Líquida (%)	8%	8%	-1 p.p	7%	9%	-2 p.p
Despesas Não-Recorrentes e/ou Não-Operacionais	(18.553)	(29.640)	-37%	(73.231)	(98.716)	-26%
Despesas de M&A/Não-Recorrentes ²	(469)	(1.048)	-55%	(4.914)	(2.060)	139%
Stock Option Plan ²	(443)	(117)	279%	(1.177)	(1.632)	-28%
Amortização de mais-valia ²	(5.326)	(5.310)	0%	(21.303)	(22.460)	-5%
Taxas de pré-pagamento de debêntures ²	(1.653)	(8.033)	-79%	(3.190)	(8.033)	-60%
IR e CS diferidos (ágio gerado por operações de M&A) ³	(10.662)	(15.132)	-30%	(42.647)	(64.531)	-34%
Lucro Líquido Ajustado¹	42.489	54.111	-21%	154.004	198.790	-23%
Margem Líquida Ajustada (%)	13%	19%	-5 p.p	13%	18%	-5 p.p

1- Exclui itens não-recorrentes ou sem efeito caixa, que não devem ser considerados no cálculo de geração corrente de lucros;

2- Montantes líquidos de impostos a uma alíquota de 34%;

3- A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferida passiva das amortizações fiscais de ágios da apuração fiscal. Esse passivo é constituído para contrabalançar os efeitos da redução do lucro tributável decorrente dessa amortização fiscal e será realizada a partir do momento da realização dos ágios, ou por teste de recuperabilidade desses ágios ("impairment"). A Companhia ajusta esse montante em seu Lucro Líquido Ajustado, uma vez que a despesa não tem efeito caixa.

O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a dados operacionais tais como base de clientes, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda

Denio Alves Lindo

Diretor Presidente

Bruno Silva Carvalho de Souza Leão

Diretor Financeiro, de M&A e Relação com Investidores

Tiago José de Araújo

Contador CRC 1RJ109067/O-5^{TS}P
Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de serviços	18	836.826	685.148	1.218.547	1.128.842
Custo dos serviços prestados	19.a	(335.066)	(303.810)	(466.496)	(426.862)
Lucro Bruto		501.760	381.338	752.051	701.980
Despesas gerais e administrativas	19.b	(104.609)	(87.689)	(201.944)	(187.627)
Despesas comerciais	19.c	(149.560)	(133.362)	(187.676)	(174.653)
Ganho (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	19.c	(1.018)	3.889	355	6.005
Outras receitas	19.d	18.404	10.834	21.938	14.747
Outras despesas	19.d	(2.207)	(1.848)	(2.560)	(2.238)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		262.770	173.162	382.164	358.214
Receitas financeiras	20	46.289	58.799	60.649	67.068
Despesas financeiras	20	(262.044)	(231.437)	(318.893)	(264.473)
Resultado financeiro, líquido		(215.755)	(172.638)	(258.244)	(197.405)
Resultado de equivalência patrimonial	6.d	38.515	78.015	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		85.530	78.539	123.920	160.809
Imposto de renda e contribuição social corrente	23.a	(5.646)	-	(21.881)	(13.495)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	(8.400)	11.134	(21.266)	(47.240)
Lucro líquido do exercício		71.484	89.673	80.773	100.074
Atribuível aos acionistas da Companhia		71.484	89.673	71.484	89.673
Participação de acionistas não controladores		-	-	9.289	10.401
Lucro líquido por ação (expresso em R\$ por ação)		71.484	89.673	80.773	100.074
Lucro por ação - Básico	17.e.ii	-	-	0,62	0,78
Lucro por ação - Diluído	17.e.ii	-	-	0,62	0,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		71.484	89.673	80.773	100.074
Resultado abrangente total		71.484	89.673	80.773	100.074
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas da Companhia		71.484	89.673	71.484	89.673
Acionistas não controladores					

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	85.530	78.539	123.920	160.809
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	7 e 8	152.666	122.853	184.768
Baixas de imobilizado e intangível	7 e 8	2.497	1.863	2.922
Amortização de direito de uso	9.a.i e ii	11.132	17.529	21.604
Baixas de direito de uso	9.a.i e ii	2.679	1.523	3.205
Baixa de passivo de arrendamento	9.b.ii	(2.980)	(1.655)	(3.607)
Amortização de mais-valia	6,7 e 8	5.416	7.169	32.278
Encargos sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos	9.b.ii e 16	229.320	196.461	231.594
Amortização de custo de transação sobre empréstimos e debêntures	16	13.038	7.147	13.038
Instrumentos financeiros derivativos	16.e	9.325	-	9.325
Juros sobre aplicações financeiras	14	(4.580)	(21.645)	(4.580)
Juros sobre mútuo e contas a pagar para partes relacionadas	22.b	-	-	14.596
Encargos sobre contas a pagar por aquisição de empresas	10	9.054	4.916	39.672
Atualização financeira sobre contingências	21.a	210	-	334
Reversão de provisão para contingências	21.a	4.761	2.121	5.831
Perda (Ganho) por redução ao valor recuperável de contas a receber	4	1.018	(3.889)	(3.55)
Baixa efetiva de títulos contas a receber		23.612	22.038	38.093
Resultado de equivalência patrimonial	6.d	(38.515)	(78.015)	-
Resultado de operações com sócios não controladores		-	(219)	(351)
Plano de opção de ações		1.765	2.472	1.765
		505.948	358.708	714.052
				634.691
Variações em ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes		(27.391)	(41.126)	(33.393)
Tributos a recuperar		(10.659)	(5.583)	(11.939)
Depósitos judiciais		(1.184)	379	(1.490)
Despesas antecipadas		(33.246)	(26.225)	(32.842)
Outras contas a receber de partes relacionadas		939	12.587	-
Outros valores a receber		(6.681)	2.387	(13.134)
Fornecedores		(36.900)	(8.580)	(41.547)
Obrigações trabalhistas e sociais		3.103	9.356	1.765
Tributos a recolher		1.797	(512)	(1.982)
Outros valores a pagar		3.765	157	4.148
		399.491	301.548	583.638
				508.751
Caixa líquido gerado pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos		(929)	(1.928)	(17.307)
Pagamento de contingências	21.a	(1.425)	(1.191)	(2.440)
Juros pagos	16.a	(171.339)	(199.726)	(171.363)
		225.798	98.703	392.679
				288.810
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de aplicações financeiras	14	(15.338)	(514.607)	(15.338)
Resgates líquidos de aplicações financeiras	14	97.000	527.131	97.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.d	-	(33.193)	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(334.627)	(285.794)	(373.904)
		(252.965)	(306.463)	(292.242)
				(343.674)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e debêntures	16.a	1.251.665	1.000.000	1.251.665
Amortização de empréstimos e debêntures	16.a	(975.234)	(795.463)	(975.830)
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	16.a	(35.415)	(18.602)	(35.415)
Aumento de capital social	17.a	2.589	2.531	2.589
Ações em tesouraria	17.b	-	(1.681)	-
Ações outorgadas plano matching	17.b	883	355	883
Dividendos pagos	17.g	(4.266)	(5.273)	(4.266)
Pagamento de passivo de arrendamento	9.b.ii	(43.586)	(25.018)	(56.791)
Pagamento de parcelas diferidas referente a aquisição de controladas	10.ii e 22.b	(35.959)	(28.358)	(109.587)
		160.677	128.491	73.248
				16.162
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		221.963	301.232	290.953
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		355.473	221.963	464.637
		133.510	(79.269)	173.684
				(38.702)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Receita bruta de serviços	18	958.335	794.894	1.395.932
Reversão (Constituição) de perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	(1.018)	3.889	355
Outras receitas		16.407	9.558	19.710
		973.724	808.341	1.415.997
				1.329.665
Insumos adquiridos de terceiros (incluindo os valores dos impostos)				
Custo dos serviços prestados		(99.466)	(59.285)	(115.126)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(164.877)	(132.387)	(210.214)
		709.381	616.669	1.090.657
				1.073.957
Retenções				
Depreciação e amortização	7, 8 e 9.a.i	(169.214)	(147.551)	(238.650)
		540.167	469.118	852.007
				858.977
Valor adicionado líquido produzido pela entidade				
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	6.d	38.515	78.015	-
Receitas financeiras		43.224	56.375	55.651
		621.906	603.508	907.658
				921.000
Valor total adicionado distribuído				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	19	133.787	121.244	242.070
Remuneração direta		81.766	71.674	171.164
Benefícios		18.443	16.623	27.359
FGTS		7.503	7.296	10.429
Outras		26.075	25.651	33.118
		130.324	98.456	214.487
				237.518
Tributos				
Federais		36.904	14.766	78.131
Estaduais		93.011	83.332	135.730
Municipais		409	358	626
		286.311	294.135	370.328
				351.879
Juros	20	215.276	203.035	260.783
Aluguéis		29.557	68.100	59.330
Outras despesas financeiras		41.478	23.000	50.215
		71.484	89.673	80.773
				100.074
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos		71.484	89.673	71.484
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	9.289
		621.906	603.508	907.658
				921.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Desktop S.A. ("Companhia" ou "Desktop"), é uma sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Odessa, São Paulo na Avenida Amélio Gazzetta, nº 1.421, Engenho Novo. A Companhia tem como acionista controlador a Makalu Brasil Partners I J - Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia Investimento no Exterior ("Makalu Brasil Partners I J"). A Companhia, em conjunto com suas controladas diretas e indiretas, definidas em conjunto como o "Grupo", tem como principais atividades: Operar no segmento de telecomunicação, cujas operações, abrangem a prestação de serviços de telefonia fixa, internet banda larga e televisão por assinatura, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A Desktop é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("DESK3").

2. Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, a *International Financial Reporting Standards* (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 17 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Aquisição de controladas: Valor justo da consideração transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória; • Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis (nota explicativa nº 8); • Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 21); e • Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda (nota explicativa nº 4). **(ii) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 4): A provisão para perda esperada para crédito de liquidação duvidosa foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e principalmente a inadimplência esperada; • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (notas explicativas nº 7, 8 e 9): Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação; e • Provisões para contingências (nota explicativa nº 21): O Grupo reconhece provisão para causas trabalhistas, civis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Bases de consolidação: (i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e

atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Qualquer contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **(ii) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto aos retornos e variações, ou tem direito sobre a entidade, envolvimento e tem a habilidade de afetar exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iv) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(v) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. A seguir é apresentada a base de consolidação da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Investimentos	% de Participação			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Desktop Internet Ltda.	100%	-	100%	-
Cilnet Comunicação e Informática S.A.	-	70%	-	70%

b. Conversão de moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras e despesas financeiras do Grupo compreendem em: Juros ativos e passivos, variações cambiais passivas, descontos obtidos e concedidos, multas e juros sobre impostos, rendimentos sobre aplicações financeiras, rendimentos sobre mútuo partes relacionadas, juros sobre empréstimos e debêntures, juros sobre mútuo partes relacionadas. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **e. Tributos: (i) Tributos sobre vendas:** As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS nas modalidades cumulativa e não cumulativa, às alíquotas de 0,65%, 3,00% e 1,65%, 7,60% respectivamente. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas e serviços na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. **(ii) Tributos sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(iii) Imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(iv) Imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **f. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. **g. Baixas:** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado com base na diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **h. Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa nº 7. **g. Ativos intangíveis e ágio: Reconhecimento e mensuração: (i) Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(ii) Carteira de clientes:** O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos refere-se ao valor justo da carteira de clientes, estimado com base na observação da recorrência de transações dos últimos três anos. Nessa avaliação, são consideradas as taxas de mortalidade (*churn rate*), e taxa de desconto nominal, para determinar a vida útil econômica estimada para esse ativo. **(iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(...) Continuação (...)

DESKTOP S.A.

vos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. • **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **J. Capital Social:** • **Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12. • **Recompra e re emissão de ações (ações em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

K. Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **I. Arrendamentos:** No início de um contrato, O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. • **Direito de uso e passivo de arrendamento:** O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: a. Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na ausência; b. Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; c. Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e d. O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. • **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

M. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pagamento pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. A mensuração do valor justo destina-se a um ativo ou passivo em particular. Portanto, ao mensurar o valor justo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo se os participantes do mercado, ao precificar o ativo ou o passivo na data de mensuração, levarem essas características em consideração. Essas características incluem, por exemplo: (i) a condição e a localização do ativo; e (ii) restrições, se houver, para a venda ou o uso do ativo. O efeito sobre a mensuração resultante de uma característica específica pode diferir dependendo de como essa característica é levada em consideração pelos participantes do mercado. O ativo ou o passivo mensurado ao valor justo pode ser qualquer um dos seguintes: (i) um ativo ou passivo individual (por exemplo, um instrumento financeiro ou um ativo não financeiro); ou (ii) um grupo de ativos, grupo de passivos ou grupo de ativos e passivos (por exemplo, uma unidade geradora de caixa ou um negócio). Todos os ativos e passivos financeiros para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos/passivos idênticos. • **Nível 2** – Dados observáveis direta ou indiretamente, exceto os do Nível 1. • **Nível 3** – Dados não observáveis (premissas próprias da entidade) quando não há dados de mercado. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação—ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado nem mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

N. Receita de contrato com cliente: O Grupo oferece pacotes comerciais que combinam o fornecimento de serviços substancialmente de internet, que contêm também serviços de dados, telefonia fixa e TV por assinatura, bem como os respectivos equipamentos necessários para seu pleno funcionamento. O reconhecimento das receitas se distribui entre os elementos que compõe cada um dos serviços citados. Os pacotes comerciais são compostos pelos serviços de instalação, operação, transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, além do fornecimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura. As receitas de serviço são compostas principalmente pelas assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. O Grupo reconhece as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. • **O. Demonstrações de valor adicionado:** Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo nos termos do CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar. **P. Lucro por ação básico e diluído:** O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações de capital social integralizado no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações de capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. **Q. Subvenção e assistência governamentais:** A Companhia tem benefícios fiscais advindos de subvenções e assistências governamentais que reduzem as bases do IRPJ e da CSLL. A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos fiscais, em conformidade ao artigo 195-A da Lei 6.404/76, são destinadas para a reserva de incentivos fiscais que por consequência são excluídas do cálculo de dividendos obrigatórios, e utilizadas apenas para aumento de capital ou na absorção de prejuízos. **R. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. • **IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia informa que avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras. • **CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia informa que avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras. • **Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A Companhia informa que avaliou e não identificou possíveis impactos decorrentes da legislação do Pilar Dois, iniciativa global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”). As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor. • **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício (“DRE”), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements (PFS)*) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. A adoção da IFRS 18 não altera valores de ativos, passivos ou patrimônio líquido, mas impacta significativamente a forma de apresentação das demonstrações financeiras. A principal mudança ocorre na Demonstração do Resultado, que passa a apresentar receitas e despesas classificadas nas categorias operacional, investimento e financiamento, além da inclusão dos subtotais obrigatórios de Lucro Operacional e Lucro antes de Financiamento e Imposto de Renda. Essa reestruturação implica na realocação de itens anteriormente apresentados como resultado financeiro, conforme as novas definições. No fluxo de caixa, a conciliação pelo método indireto passa a iniciar pelo Lucro Operacional, refletindo a nova estrutura das demonstrações do resultado do exercício (DRE) e garantindo maior alinhamento entre as categorias. Em síntese, os efeitos esperados no Grupo Desktop concentram-se na apresentação e transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio, mas com necessidade de adequação das notas explicativas e dos sistemas internos para classificação das transações conforme as novas categorias. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures –MPMs*); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. • **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixo na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determi-

nadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • **Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.** • **Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.** • **Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).** As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma. • **Alteração IAS 21 – Conversão das demonstrações financeiras para moeda não hiperinflacionária:** Em novembro de 2025, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, trazendo orientações adicionais sobre como as entidades devem converter demonstrações financeiras preparadas em moeda não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação hiperinflacionária. Essas alterações, de caráter pontual, visam aprimorar a qualidade das informações e reduzir a diversidade de práticas, proporcionando maior consistência na elaboração de relatórios em economias hiperinflacionárias. As alterações ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio – são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras. • **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. Não são esperados impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência destas alterações.

4. Contas a receber de clientes

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber faturadas	33.240	40.584	51.112
Contas a receber a faturar	85.452	74.329	120.854
	118.692	114.913	171.966
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(9.977)	(8.959)	(13.692)
	108.715	105.954	158.274
		158.274	162.619

O vencimento do contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentado:

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
85.452	74.329	120.854	121.607
A vencer			
Vencidos:			
De 01 a 30 dias	19.336	28.513	32.515
De 31 a 60 dias	3.730	2.688	4.750
De 61 a 90 dias	2.784	2.737	3.747
De 91 a 120 dias	2.403	2.236	3.338
De 121 a 150 dias	2.364	2.276	3.238
De 151 a 180 dias	2.623	2.134	3.524
	118.692	114.913	171.966

A Companhia e suas controladas efetuam análise histórica ponderada de recebimentos de suas contas a receber por faixas de vencimento e entende que são necessárias provisões parciais entre 1 e 180 dias. Adicionalmente, entende que a partir de 181 dias os saldos não são prováveis de recuperação. Por isso são provisionados baseados nas perdas esperadas que consideram o histórico do Grupo, conforme requerido pelo CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros. Anualmente, o valor contábil líquido é revisado com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar mudança no seu valor recuperado. Essas mudanças quando identificadas são registradas no ano corrente. A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentada:

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024		(8.959)	(14.047)
(+) Adições		(24.630)	(25.102)
(-) Reversões		23.612	25.457
Saldo em 31 de dezembro de 2025		(9.977)	(13.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		(12.848)	(20.052)
(+) Adições		(21.592)	(23.828)
(-) Reversões		25.481	29.833
Saldo em 31 de dezembro de 2024		(8.959)	(14.047)

5. Tributos a recuperar e a recolher

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (i)	75.508	71.751	82.602
Imposto de Renda retido sobre aplicações financeiras	14.051	13.606	16.744
PIS e COFINS	7.655	2.610	7.935
Subvenção e assistência governamentais	2.644	-	2.667
Outros tributos a recuperar	1.278	729	4.522
Total de tributos a recuperar	101.136	88.696	114.470
ICMS a recolher	16.637	15.305	22.574
Parcelamentos (ii)	2.184	4.148	3.271
PIS e COFINS a recolher	4.848	4.334	6.353
Subvenção e assistência governamentais	2.644	-	2.644
Outros tributos a recolher	817	1.546	1.303
Total de tributos a recolher	27.130	25.333	36.145
Ativo circulante	52.098	50.732	60.949
Ativo não circulante	49.038	37.964	53.521
Passivo circulante	25.547	23.308	33.993
Passivo não circulante	1.583	2.025	2.152

(i) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização; (ii) Corresponde à parcelamentos nas esferas federal, estadual e municipal.

6. Investimentos

a. Composição dos saldos: (i) Controladas diretas

Participação %		Investimentos	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos:			
Desktop Internet Ltda.	100%	879.555	841.040
Ágio	-	156.948	162.364
Total de investimentos:		1.036.503	1.003.404

(ii) Controladas indiretas

Participação %		Investimentos	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos:			
Cilnet Comunicação e Informática S.A.	70%	70.100	48.633
Ágio	-	195.860	202.867
Total de investimentos:		265.960	251.500

b. Composição do ágio e mais (menos)-valia: O ágio e a mais-valia apresentados como investimentos na Companhia, são apresentados como contas de intangíveis e patrimoniais nas demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Composição dos ágios

	31/12/2025	31/12/2024
C-lig Telecomunicações S.A.	37.915	37.915
Desktop Internet Ltda.	35.107	35.107
Infolog Internet e Telecomunicações Ltda.	10.502	10.502
Isso Internet e Telecomunicações Ltda.	1.790	1.790
Netell Internet S.A.	22.237	22.237
Netion Soluções em Internet Via Rádio S.A.	20.567	20.567
	128.118	128.118

(ii) Composição de mais (menos)-valia

	31/12/2025	31/12/2024
C-lig Telecomunicações S.A.	18.275	20.029
Desktop Internet Ltda.	4.473	5.218
Infolog Internet e Telecomunicações Ltda.	4.318	6.519
Isso Internet e Telecomunicações Ltda.	783	972
Netell Internet S.A.	2.520	3.197
Netion Soluções em Internet Via Rádio S.A.	(1.539)	(1.689)
	28.830	34.246

(iii) Composição e movimentação da mais (menos) valia

	Mais-valia de imobilizado	Mais-valia de clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (i)	29.541	4.705	34.246
(-) Amortizações	(3.154)	(2.262)	(5.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (i)	26.387	2.443	28.830
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (i)	24.391	6.422	30.813
(+) Adições	10.076	526	10.602
(-) Amortizações	(4.926)	(2.243)	(7.169)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (i)	29.541	4.705	34.246

(i) Em 31 de dezembro de 2025, os montantes de R\$ 26.387 e R\$ 2.443 (R\$ 29.541 e R\$ 4.705 em 31 de dezembro de 2024) foram apresentados para fins de consolidação nas rubricas de imobilizado e intangível, respectivamente.

c. Principais informações das controladas

	31/12/2025	31/12/2024
Desktop Internet Ltda		
Balancos Patrimoniais		
Ativo		
Ativo circulante	130.178	111.503
Ativo não circulante	1.146.052	1.150.207
Total do ativo		

(...) Continuação (...)

DESKTOP S.A.

7. Imobilizado

a. Composição dos saldos

	Taxa em %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos:					
Instalações	6,67%–20%	1.140.522	879.766	1.397.482	1.103.738
Rede óptica	6,67%	637.984	579.263	964.355	896.739
Veículos	20%	22.672	27.259	24.086	30.281
Equipamentos de informática	25%	22.241	21.096	32.285	31.138
Outros imobilizados	1,67%–20%	34.793	30.159	37.872	33.180
Imobilizado em andamento	-	1.321	1.321	1.649	1.649
Total de custos:		1.859.533	1.538.864	2.457.729	2.096.725
Depreciação acumulada:					
Instalações		(231.746)	(157.607)	(298.548)	(202.665)
Rede óptica		(180.121)	(137.658)	(285.539)	(209.181)
Veículos		(15.693)	(15.625)	(16.730)	(18.271)
Equipamentos de informática		(10.458)	(8.430)	(18.441)	(15.641)
Outros imobilizados		(10.088)	(6.862)	(11.351)	(7.780)
Total de depreciação acumulada:		(448.106)	(326.182)	(630.609)	(453.538)
Total de imobilizado:		1.411.427	1.212.682	1.827.120	1.643.187

b. Movimentação dos saldos

(i) Controladora

	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe- rências	Saldo em
		31/12/2024	(+) Adições		
Custos:					
Instalações	6,67%–20%	879.766	262.174	(1.278)	(140)
Rede óptica	6,67%	579.263	58.721	-	-
Veículos	20%	27.259	503	(5.090)	-
Equipamentos de informática	25%	21.096	1.145	-	-
Outros imobilizados	1,67%–20%	30.159	4.634	-	-
Imobilizado em andamento	-	1.321	238	-	140
Total de custos:		1.538.864	327.415	(6.746)	-
Depreciação acumulada:					
Instalações		(157.607)	(74.176)	37	-
Rede óptica		(137.658)	(42.463)	-	-
Veículos		(15.625)	(4.280)	4.212	-
Equipamentos de informática		(8.430)	(2.028)	-	-
Outros imobilizados		(6.862)	(3.226)	-	-
Total de depreciação acumulada:		(326.182)	(126.173)	4.249	-
Total de imobilizado:		1.212.682	201.242	(2.497)	1.411.427

(ii) Consolidado

	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe- rências	Saldo em
		31/12/2023	(+) Adições		
Custos:					
Instalações	6,67%–20%	627.558	253.357	(604)	(545)
Rede óptica	6,67%	537.652	41.652	(300)	259
Veículos	20%	27.704	1.156	(1.601)	-
Equipamentos de informática	25%	20.656	394	-	46
Outros imobilizados	1,67%–20%	18.557	10.129	(192)	1.665
Imobilizado em andamento	-	2.642	187	(83)	(1.425)
Total de custos:		1.234.769	306.875	(2.780)	-
Depreciação acumulada:					
Instalações		(100.473)	(57.188)	54	-
Rede óptica		(103.255)	(34.406)	3	-
Veículos		(12.531)	(4.526)	1.432	-
Equipamentos de informática		(6.336)	(2.094)	-	-
Outros imobilizados		(4.914)	(1.948)	-	-
Total de depreciação acumulada:		(227.509)	(100.162)	1.489	-
Total de imobilizado:		1.007.260	206.713	(1.291)	1.411.427

(iii) Consolidado

	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe- rências	(+/-) IR/CS sobre mais-valia (i)	Saldo em
		31/12/2024	(+) Adições			
Custos:						
Instalações	6,67%–20%	1.103.738	295.400	(1.516)	(140)	1.397.482
Rede óptica	6,67%	896.739	67.801	(185)	-	964.355
Veículos	20%	30.281	504	(6.699)	-	24.086
Equipamentos de informática	25%	31.138	1.147	-	-	32.285
Outros imobilizados	1,67%–20%	33.180	4.695	(3)	-	37.872
Obras em andamento	-	1.649	238	(378)	140	1.649
Total de custos:		2.096.725	369.785	(8.781)	-	2.457.729
Depreciação acumulada:						
Instalações		(202.665)	(95.920)	37	-	(298.548)
Rede óptica (i)		(209.181)	(73.112)	-	(3.246)	(285.539)
Veículos		(18.271)	(4.281)	5.822	-	(16.730)
Equipamentos de informática		(15.641)	(2.800)	-	-	(18.441)
Outros imobilizados		(7.780)	(3.571)	-	-	(11.351)
Total de depreciação acumulada:		(453.538)	(179.684)	5.859	(3.246)	(630.609)
Total de imobilizado:		1.643.187	190.101	(2.922)	(3.246)	1.827.120

	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe- rências	(+/-) IR/CS sobre mais-valia (i)	Saldo em
		31/12/2023	(+) Adições			
Custos:						
Instalações	6,67%–20%	786.904	318.273	(896)	(543)	1.103.738
Rede óptica	6,67%	843.854	52.927	(300)	258	896.739
Veículos	20%	33.096	1.156	(3.976)	5	30.281
Equipamentos de informática	25%	30.663	429	-	46	31.138
Outros imobilizados	1,67%–20%	21.058	10.704	(246)	1.664	33.180
Obras em andamento	-	2.975	187	(83)	(1.430)	1.649
Total de custos:		1.718.550	383.676	(5.501)	-	2.096.725
Depreciação acumulada:						
Instalações		(127.712)	(75.074)	121	-	(202.665)
Rede óptica (i)		(141.878)	(65.832)	1.775	(3.246)	(209.181)
Veículos		(17.334)	(4.728)	3.791	-	(18.271)
Equipamentos de informática		(12.631)	(3.010)	-	-	(15.641)
Outros imobilizados		(5.532)	(2.245)	(3)	-	(7.780)
Total de depreciação acumulada:		(305.087)	(150.889)	5.684	(3.246)	(453.538)
Total de imobilizado:		1.413.463	232.787	183	(3.246)	1.643.187

(i) Na movimentação de 31 de dezembro de 2025 apresentada acima, R\$ 23.636 (R\$ 25.408 em 31 de dezembro 2024), refere-se a mais-valia de imobilizado;

Teste de impairment de ativos não financeiros: Em 31 de dezembro de 2025, não há indicativos e/ou fatos novos para que houvesse a necessidade de realização do teste de impairment dos ativos da Companhia quando comparados com 31 de dezembro de 2024. **Bens do imobilizado em garantia:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há bens de ativo imobilizado dados em garantia de qualquer natureza.

8. Intangível

a. Composição dos saldos

	Taxa em %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos:					
Ágio	-	-	-	801.324	801.324
Software	20%	165.990	132.559	179.108	143.208
Carteira de clientes	15%–20%	17.473	17.473	126.529	126.529
Outros	-	12	12	14	14
Intangíveis em desenvolvimento	-	10.397	7.269	11.131	7.269
Total de custos:		193.872	157.313	1.118.106	1.078.344
Amortização acumulada:					
Software		(76.135)	(49.819)	(82.695)	(54.257)
Carteira de clientes (i)		(17.494)	(17.317)	(46.959)	(37.672)
Outros		(6)	(6)	(7)	(7)
Total de amortização acumulada:		(93.635)	(67.142)	(129.661)	(91.936)
Total de intangível:		100.237	90.171	988.445	986.408

b. Movimentação dos saldos:

(i) Controladora

	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe- rências	Saldo em
		31/12/2024	(+) Adições		
Custos:					
Software	20%	132.559	110	-	33.321
Carteira de clientes	15%–20%	17.473	-	-	17.473
Outros	15%–20%	12	-	-	12
Intangíveis em desenvolvimento	-	7.269	36.449	-	(33.321)
Total de custos:		157.313	36.559	-	193.872
Amortização acumulada:					
Software		(49.819)	(26.316)	-	(76.135)
Carteira de clientes		(17.317)	(177)	-	(17.494)
Outros		(6)	-	-	(6)
Total de amortização acumulada:		(67.142)	(26.493)	-	(93.635)
Total de intangível:		90.171	10.066	-	100.237

	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe- rências	Saldo em
		31/12/2023	(+) Adições		
Custos:					
Software	20%	92.842	-	(72)	39.789
Carteira de clientes	15%–20%	17.473	-	-	17.473
Outros	-	12	-	-	12
Intangíveis em desenvolvimento	-	8.670	38.388	-	(39.789)
Total de custos:		118.997	38.388	(72)	157.313
Amortização acumulada:					
Software		(31.438)	(18.381)	-	(49.819)
Carteira de clientes		(13.007)	(4.310)	-	(17.317)
Outros		(6)	-	-	(6)
Total de amortização acumulada:		(44.451)	(22.691)	-	(67.142)
Total de intangível:		74.546	15.697	(72)	90.171

(ii) Consolidado

	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe- rências	(+/-) IR/CS sobre mais-valia (ii)	Saldo em
		31/12/2024	(+) Adições			
Custos:						
Ágio	-	801.324	-	-	-	801.324
Software	20%	143.208	112	35.788	-	179.108
Carteira de clientes	15%–20%	126.529	-	-	-	126.529
Outros	15%–20%	14	-	-	-	14
Intangíveis em desenvolvimento	-	7.269	39.650	(35.788)	-	11.131
Total de custos:		1.078.344	39.762	-	-	1.118.106
Amortização acumulada:						
Software		(54.257)	(28.438)	-	-	(82.695)
Carteira de clientes (i)		(37.672)	(8.924)	-	(363)	(46.959)
Outros		(7)	-	-	-	(7)
Total de amortização acumulada:		(91.936)	(37.362)	-	(363)	(129.661)
Total de intangível:		986.408	2.400	-	(363)	988.445

	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe- rências	(+/-) IR/CS so- bre mais-valia	Saldo em
		31/12/2023	(+) Adições			
Custos:						
Ágio	-	825.766	-	(24.442)	-	801.324
Software	20%	100.029	-	(72)	43.251	143.208
Carteira de clientes	15%–20%	126.529	-	-	-	126.529
Outros	-	14	-	-	-	14
Intangíveis em desenvolvimento	-	8.909	41.611	-	(43.251)	7.269
Total de custos:		1.061.247	41.611	(24.514)	-	1.078.344
Amortização acumulada:						
Software		(34.273)	(19.984)			

(...) Continuação (...)

DESKTOP S.A.

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Ações/opções adquiridas e exercidas						
Ações próprias (#) de ações adquiridas	64.185	92.193	60.683	68.269	64.998	350.328
Opções exercidas (#) de opções		186.740	74.688	368.768	245.070	875.266
Preço de exercício pago, em R\$ (b)		5,12	5,31	6,52	7,88	8,72
Opções concedidas		4,94	5,90	7,06	7,76	6,62
Ações próprias	21,45	15,19	11,37	11,49	9,35	13,87
Opções concedidas		15,37	10,01	11,10	9,58	11,49
Valor justo (a-b) * # ações, em R\$	1.048.357	910.764	294.312	246.268	40.472	2.540.173
Opções próprias		1.948.676	307.482	1.488.167	445.841	4.190.166
Opções concedidas						

Reserva de capital-Instrumentos patrimoniais

	Saldo Final em 31 de dezembro de 2024	3.025
Pro rata Vesting em R\$		
Ações próprias		
Opções concedidas		406
Ações Adquiridas		
Opções exercidas		(1.790)

Reserva de capital-Instrumentos patrimoniais outorgados

	Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.641
Reserva de capital-Instrumentos patrimoniais outorgados		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.854
Pro rata Vesting em R\$		
Ações próprias		
Opções concedidas		2.318
Ações Adquiridas		
Opções exercidas		(2.147)

Reserva de capital-Instrumentos patrimoniais outorgados

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.025
d. Plano de incentivos atrelado a ações - Matching shares:		

A Companhia possui plano de incentivos atrelado a ações, oferecidos a seus funcionários que possuem cargos estratégicos. Em 28 de março de 2025 foi aprovado pela Companhia em Assembleia geral extraordinária o terceiro programa de outorga de ações de matching da Companhia, com objetivo de estabelecer os termos e condições para aquisição de ações de investimento e, em contrapartida, a outorga de ações de matching da Companhia. Poderam participar do terceiro programa os empregados da Companhia ou de suas controladas diretas e indiretas que efetivamente adquiriram ações de investimento e, em contrapartida, receberam outorga de ações de matching nos termos do primeiro plano, cuja pré-seleção foi ratificada pelo Conselho de administração da Companhia. O terceiro programa prevê a outorga de até 194.582 (cento e noventa e quatro mil e quinhentos e oitenta e duas) ações, incluindo ações de investimento e ações de matching, observado o limite do capital autorizado da Companhia. Foi outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, à razão de 1 (uma) ação de matching para cada 1 ação de investimento, nos limites e condições dos respectivos instrumentos contrato de outorga de ações matching. As ações de matching ficaram sujeitas a um prazo de vesting de 3 (três) anos contados da data da outorga, durante o qual os beneficiários deverão manter seu vínculo com a Companhia ou suas afiliadas de forma ininterrupta. A seguir a movimentação das ações, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Em milhares de ações	
	Acções de investimento	Acções Matching
Saldo em 31 de dezembro de 2024		
Outorgadas	29	11
Exercidas	97	42
Saldo em 31 de dezembro de 2025	97	47

	Em milhares de R\$	
	Acções de investimento	Acções Matching
Saldo em 31 de dezembro de 2024		
Outorgadas	438	140
Exercidas	779	357
Saldo em 31 de dezembro de 2025	438	429

e. Resultado por ação - Básico e Diluído: (i) **Resultado básico:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. (ii) **Resultado diluído por ação:** O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2025, são consideradas as opções de compra de ações, para as quais é realizado o cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

	Acções Ordinárias Nominativas	
	31/12/2025	31/12/2024
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações total	115.845	115.482
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(12)	(116)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	115.833	115.366
% de ações em relação ao total	99,89%	99,78%
Numerador:		
Lucro atribuível aos acionistas	71.484	89.673
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	115.833	115.366
Resultado básico por ação - Em reais	0,62	0,78
Diluído		
Numerador:		
Lucro atribuível aos acionistas	71.484	89.673
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	115.833	115.366
Ajustes de opções de compra de ações	310	2
Média ponderada da quantidade de ações matching	28	11
Média ponderada da quantidade de ações para resultado diluído por ação	116.171	115.379
Resultado diluído por ação - Em reais	0,62	0,78

f. Reserva legal: Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente, pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou R\$ 3.574 (R\$ 4.484 em 31 de dezembro de 2024) de reserva legal. **g. Dividendos:** Durante o exercício de 2025 a Companhia pagou o montante de R\$ 4.266 (R\$ 5.273 e R\$ 5.274 em 2024), a controladora e consolidado, respectivamente de dividendos aos acionistas assegurados no estatuto e nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Conforme estatuto da Companhia, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia (5% em 31 de dezembro de 2024), ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 18 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base no balanço patrimonial apurado em 30 de setembro de 2025, no montante de R\$ 11.872, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração, com pagamento para 06 de janeiro de 2026. Adicionalmente, a Companhia destinou do lucro líquido, o montante de R\$ 5.105 para o pagamento de dividendos complementares, alcançando assim, o montante total de R\$ 16.977 (R\$ 4.259 em 2024) que representa o mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício da Companhia no exercício de 2025, correspondente a R\$ 0,14 (R\$ 0,04 em 2024) por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	71.484	89.673
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(3.574)	(4.484)
Base de cálculo para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	67.910	85.189
Dividendos propostos	(16.977)	(4.259)
Dividendos intermediários	(11.872)	-
Dividendos complementares	(5.105)	-
Dividendo mínimo obrigatório	(16.977)	(4.259)

h. Reserva de retenção de lucros: Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 50.933 (R\$ 80.930 em 31 de dezembro de 2024).

18. Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de serviços	958.335	794.894	1.395.932	1.310.308
(-) Impostos sobre serviços	(121.509)	(109.746)	(177.385)	(181.466)
Receita líquida de serviços	836.826	685.148	1.218.547	1.128.842

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia prestou serviços substancialmente de internet, que contemplam também serviços de dados, telefonia fixa e TV por assinatura.

19. Custos e despesas por natureza

a. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(127.301)	(98.750)	(154.085)	(124.288)
Despesas com pessoal	(61.738)	(62.205)	(113.252)	(102.988)
Aluguéis e seguros	(65.573)	(69.401)	(97.166)	(96.840)
Interconexão e meios de conexão	(42.030)	(35.336)	(48.019)	(44.121)
Amortização-direito de uso	(22.054)	(17.529)	(32.526)	(30.835)
Outros custos	(16.370)	(20.589)	(21.448)	(27.790)
(335.066)	(303.810)	(466.496)	(426.862)	

b. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(43.361)	(31.272)	(75.541)	(59.857)
Despesas com pessoal	(8.900)	(4.532)	(55.019)	(58.508)
Veículos	(1.212)	(2.907)	(1.116)	(2.863)
Energia elétrica	(2.741)	(2.962)	(4.029)	(4.751)
Serviços de terceiros	(19.118)	(15.024)	(31.211)	(25.475)
Opções de compra de ações	(1.784)	(2.473)	(1.784)	(2.473)
Provisão para contingências	(3.635)	(2.121)	(4.118)	(2.719)
Gastos com software	(17.899)	(17.052)	(19.896)	(22.264)
Outras despesas	(5.959)	(9.346)	(9.230)	(8.717)
(104.609)	(87.689)	(201.944)	(187.627)	

c. Despesas comerciais e ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(63.149)	(54.507)	(73.799)	(70.033)
Serviços de terceiros	(684)	(456)	(730)	(643)
Baixa de títulos contas a receber	(23.612)	(22.038)	(38.093)	(37.610)
Publicidade e propaganda	(41.204)	(42.979)	(41.643)	(44.155)
Comissões de vendas	(18.733)	(10.494)	(31.224)	(19.246)
Outras despesas	(2.178)	(2.888)	(2.187)	(2.966)
(149.560)	(133.362)	(187.676)	(174.653)	
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber resultado	(1.018)	3.889	355	6.005
(150.578)	(129.473)	(187.321)	(168.648)	

d. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Multa no recebimento de clientes	7.232	6.373	9.649	8.686
Outras receitas de venda de ativos	5.362	788	6.412	2.372
Recuperação de títulos	3.319	1.267	3.319	1.267
Outras receitas (despesas), líquidas	284	558	(2)	184
16.197	8.986	19.378	12.509	
Outras receitas	18.404	10.834	21.938	14.747
Outras despesas	(2.207)	(1.848)	(2.560)	(2.238)

20. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros ativos	3.065	2.424	4.999	5.045
Rendimentos de aplicações financeiras	43.073	56.050	55.421	61.553
Outras receitas financeiras	151	325	229	470
Total das receitas financeiras	46.289	58.799	60.649	67.068

Despesas financeiras

Juros e variações monetárias passivas	(238.455)	(204.454)	(285.637)	(233.773)
Multas e juros sobre impostos	(1.003)	(1.005)	(1.263)	(1.211)
Resultado derivativo líquido (i)	(9.592)	-	(9.592)	-
Descontos concedidos	(12.255)	(10.288)	(19.148)	(11.358)
Outras despesas financeiras	(739)	(15.690)	(3.253)	(18.131)
Total das despesas financeiras	(262.044)	(231.437)	(318.893)	(264.473)
Resultado financeiro, líquido	(215.755)	(172.638)	(258.244)	(197.405)

(i) Em 01 de agosto de 2025, a Companhia adotou a política de *hedge accounting*, de acordo com previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, conforme informado na nota explicativa 16.b. Dessa forma, os ganhos e perdas com derivativos estão apresentados pelo valor líquido, no acumulado em dezembro de 2025. Adicionalmente, em função desses ajustes, no 3º trimestre de 2025, o grupo de receitas financeiras ficou negativo, conforme demonstrado acima.

21. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários. A Companhia e suas controladas classificam os riscos de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto, e registram as provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados. A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

a. Processos com risco de perda provável

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contingências trabalhistas	4.635	3.135	6.601	4.455
Contingências cíveis	354	138	547	292
Contingências tributárias	-	-	3.977	3.977
4.989	3.273	11.125	8.724	

b. Movimentação dos saldos: A movimentação das provisões para contingências da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentado:

	Controladora			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo líquido, em 31 de dezembro de 2024	3.155	100	-	3.255
(-) Depósitos judiciais	(20)	38	-	18
Saldo líquido, em 31 de dezembro de 2024	3.135	138	-	3.273
(+) Adições (i)	10.685	1.255	57	11.997
(-) Reversões (i)	(207)	-	-	(207)
(-) Baixas (i)	(6.525)	(718)	-	(7.243)
(-) Pagamentos	(1.098)	(320)	(7)	(1.425)
(+) Atualização monetária	201	9	-	210
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.191	364	50	6.605
(-) Depósitos judiciais	(1.556)	(10)	(50)	(1.616)
Saldo líquido, em 31 de dezembro de 2025	4.635	354	-	4.989
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.950	410	-	3.360
(+) Adições (i)	10.643	1.159	-	11.802
(-) Reversões (i)	(2.363)	(195)	-	(2.558)
(-) Baixas (i)	(7.193)	(965)	-	(8.158)
(-) Pagamentos	(882)	(309)	-	(1.191)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.155	100	-	3.255
(+) / (-) Depósitos judiciais	(20)	38	-	18
Saldo líquido, em 31 de dezembro de 2024	3.135	138	-	3.273

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.049			

(...) Continuação (...)

DESKTOP S.A.

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo Fiscal diferido	Passivo Fiscal diferido
Perda por redução ao valor recuperável	3.117	346	3.463	3.463	-
Outras Provisões Temporárias	142	283	425	425	-
Provisão participações nos lucros	3.453	(93)	3.360	3.360	-
Provisão de contingências	1.507	1.284	2.791	2.791	-
Plano de Matching Shares	103	153	256	256	-
Prejuízo fiscal e base negativa	26.581	(5.670)	20.911	20.911	-
Instrumento financeiro derivativo	-	1.621	1.621	1.621	-
Diferenças entre base contábil e fiscal de ágios	(7.971)	(6.324)	(14.295)	-	(14.295)
Apropriação de ágio e deságio das incorporadas	35.578	-	35.578	35.578	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	62.510	(8.400)	54.110	68.405	(14.295)
(-) Compensações	-	-	-	(14.295)	14.295
Imposto líquido passivo (ativo)	62.510	(8.400)	54.110	54.110	-

	Controladora					
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Reconhecido no resultado	Outros	Valor líquido	Ativo Fiscal diferido	Passivo Fiscal diferido
Perda por redução ao valor recuperável	4.370	(1.253)	-	3.117	3.117	-
Outras Provisões Temporárias	(114)	256	-	142	142	-
Provisão participações nos lucros	2.842	611	-	3.453	3.453	-
Provisão de contingências	1.355	152	-	1.507	1.507	-
Plano de Matching Shares	24	79	-	103	103	-
Prejuízo fiscal e base negativa	17.923	8.658	-	26.581	26.581	-
Diferenças entre base contábil e fiscal de ágios	-	2.631	(10.602)	(7.971)	-	(7.971)
Amortização de intangíveis	35.578	-	-	35.578	35.578	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	61.978	11.134	(10.602)	62.510	70.481	(7.971)
(-) Compensações	-	-	-	-	(7.971)	7.971
Imposto líquido passivo (ativo)	61.978	11.134	(10.602)	62.510	62.510	-

	Controladora					
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Reconhecido no resultado	Outros	Valor líquido	Ativo Fiscal diferido	Passivo Fiscal diferido
Perda por redução ao valor recuperável	6.841	(121)	-	6.720	6.720	-
Outras Provisões Temporárias	2.164	242	-	2.406	2.406	-
Provisão participações nos lucros	4.148	(99)	-	4.049	4.049	-
Provisão de contingências	1.565	1.976	-	3.541	3.541	-
Plano de Matching Shares	103	153	-	256	256	-
Prejuízo fiscal e base negativa	59.207	17.609	-	76.816	76.816	-
Instrumento financeiro derivativo	-	1.621	-	1.621	1.621	-
Diferenças entre base contábil e fiscal de ágios	(75.580)	(42.647)	-	(118.227)	-	(118.227)
Apropriação de ágio e deságio das incorporadas	35.578	-	-	35.578	35.578	-
Mais-valia sobre aquisições	(32.872)	-	3.610	(29.262)	-	(29.262)
Imposto líquido ativo (passivo) antes das compensações	1.154	(21.266)	3.610	(16.502)	130.987	(147.489)
(-) Compensações	-	-	-	-	(75.823)	75.823
Imposto líquido ativo (passivo)	1.154	(21.266)	3.610	(16.502)	55.164	(71.666)

	Controladora					
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Reconhecido no resultado	Outros	Valor líquido	Ativo Fiscal diferido	Passivo Fiscal diferido
Perda por redução ao valor recuperável	7.729	(888)	-	6.841	6.841	-
Outras Provisões Temporárias	(186)	2.349	-	2.163	2.163	-
Provisão participações nos lucros	3.476	673	-	4.149	4.149	-
Provisão de contingências	(1.093)	2.658	-	1.565	1.627	(62)
Plano de Matching Shares	24	79	-	103	103	-
Prejuízo fiscal e base negativa	57.388	1.819	-	59.207	59.207	-
Diferenças entre base contábil e fiscal de ágios	(11.048)	(53.930)	(10.602)	(75.580)	-	(75.580)
Apropriação de ágio e deságio das incorporadas	35.578	-	-	35.578	35.578	-
Mais-valia sobre aquisições	(45.116)	-	12.244	(32.872)	-	(32.872)
Imposto líquido ativo (passivo) antes das compensações	46.752	(47.240)	1.642	1.154	109.668	(108.514)
(-) Compensações	-	-	-	-	(44.469)	44.469
Imposto líquido ativo (passivo)	46.752	(47.240)	1.642	1.154	65.199	(64.045)

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, nos casos em que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável. Conforme a realização histórica dos ativos que originam o saldo do imposto de renda e contribuição social e as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, é estimado o seguinte cronograma de realização:

	31/12/2025			
	Controladora	%	Consolidado	%
2026	16.233	30%	16.549	30%
2027	13.528	25%	13.791	25%
2028	10.822	20%	13.791	25%
2029	8.117	15%	5.516	10%
a partir de 2030	5.410	10%	5.517	10%
	54.110	100%	55.164	100%

Além dos ativos fiscais diferidos, mencionados acima, possui passivos financeiros oriundos da diferença entre bases contábeis e fiscais de ágios, quando da compensação entre os ativos e passivos de cada entidade do grupo, no montante de R\$ 71.666 no consolidado (R\$ 64.045 em 31 de dezembro de 2024). Tendo em vista que esses passivos somente serão realizados em casos de *impairment* ou na venda de participações societárias e não temos nenhuma previsão de ocorrência de tais eventos, não incluímos na *aging* acima.

24. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas podem estar expostas aos seguintes riscos de acordo com suas atividades: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Gestão de capital. Esta nota apresenta informações sobre a exposição aos riscos mencionados, os objetivos, políticas para seus gerenciamentos de riscos, e o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. **a. Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia e suas controladas se caracterizam pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais. A Companhia e suas controladas são provedoras de internet focado na prestação de serviços de telefonia fixa, internet banda larga e televisão por assinatura em nível nacional. As operações da Companhia e suas controladas são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas físicas, mediante a cobrança por boleto bancário, cartões de crédito e crédito em conta. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada sem risco concentrado em nenhum cliente. A Companhia e suas controladas monitoram suas carteiras de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Companhia e suas controladas tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente. A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são alocadas em instituições financeiras com reconhecido *rating* nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco, sendo elas: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poors*. Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários a Companhia e suas controladas possuem uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Companhia e suas controladas realizam aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, certificado de Depósito Bancário-CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa da Companhia e suas controladas são direcionadas de modo a assegurar o cumprimento dos riscos descritos a seguir. As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido *rating* nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco, conforme abaixo:

	S&P	Fitch	Moody's
Banco do Brasil S.A.	BB-	AA	AAA.br
Banco Itaú	-	AAA(bra)	AAA.br
Banco Santander S.A.	brAAA	-	Aaa.br
Banco Votorantim	brAA+	-	AAA.br
Sofisa	brAA+	A+	AA-
XP Investimentos	-	AA	-

A Companhia e suas controladas devem manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress (aplicações em CDB e Letra Financeira com taxas entre 100% e 105,5% do CDI alocadas majoritariamente entre os Bancos Itaú, Banco Santander S.A. e Banco Votorantim). **b. Risco de liquidez:** Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia e suas controladas buscam estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado. A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida:

	Controladora				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	95.928	95.928	95.928	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	58.283	58.283	58.037	246	-
Empréstimos e debêntures	1.626.263	2.896.220	126.231	133.485	139.254
Instrumentos financeiros derivativos	9.325	-	-	-	2.497.250
Passivo de arrendamento	79.134	79.134	32.944	17.301	17.250
	1.868.933	3.129.565	313.140	151.032	2.508.889

	Controladora				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	103.481	103.481	103.481	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	85.188	95.482	37.511	57.725	246
Empréstimos e debêntures	1.346.742	2.094.102	175.119	266.111	244.061
Passivo de arrendamento	53.384	63.870	29.382	13.725	13.649
	1.588.795	2.356.935	345.493	337.561	257.956

	Consolidado				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	117.579	117.579	117.579	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	249.193	271.595	255.588	16.007	-
Contas a pagar para partes relacionadas	115.561	120.622	26.123	29.467	65.032
Empréstimos e debêntures	1.626.263	2.896.220	126.231	133.485	139.254
Instrumentos financeiros derivativos	9.325	-	-	-	2.497.250
Passivo de arrendamento	91.285	93.338	40.680	19.044	18.850
	2.209.206	3.499.354	566.201	198.003	223.136

	Consolidado				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	123.483	123.483	123.483	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	309.689	357.229	187.980	153.798	15.451
Contas a pagar para partes relacionadas	110.735	138.768	22.715	25.677	28.395
Empréstimos e debêntures	1.347.339	2.095.002	176.019	266.111	244.061
Passivo de arrendamento	71.013	84.781	39.855	16.764	16.640
	1.962.259	2.799.263	550.052	462.530	304.547

c. Risco de mercado: O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial e Risco de Taxa de Juros. **(i) Risco cambial:** As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira são imateriais, assim a exposição a este risco de forma direta é minimizada. A Companhia possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados no quadro a seguir:

	Controladora				
	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa nº 15)	USD	160	160	200	240
Impacto no resultado antes dos impostos			160	200	240

Fornecedores estrangeiros (nota explicativa nº 15)

Impacto no resultado antes dos impostos

	Controladora				
	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa nº 15)	USD	164	164	205	246
Impacto no resultado antes dos impostos			164	205	246

Fornecedores estrangeiros (nota explicativa nº 15)

Impacto no resultado antes dos impostos

	Controladora				
	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Indexador	USD (i)	5,50	5,50	6,88	8,25

(i) Em 31 de dezembro de 2025, o indexador projetado é USD 6,19, conforme relatório de Cenário Macro – Itaú / Brasil.

(ii) Risco de taxa de juros

	Nota	Valor contábil			
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros de taxa juros					
Caixa e equivalentes de caixa (i)	13	355.473	221.963	464.637	290.953
Aplicações financeiras	14	15.483	92.565	15.509	92.551
Ativos financeiros		370.956	314.528	480.146	383.544
Empréstimos e debêntures	16.a	(1.626.263)	(1.346.742)	(1.626.263)	(1.347.339)
Instrumentos financeiros derivativos		(9.325)	-	(9.325)	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	10	(58.283)	(85.188)	(249.193)	(309.689)
Contas a pagar para partes relacionadas	22.b	-	-	(115.561)	(110.735)
Passivo de arrendamento	9.b	(79.134)	(53.384)	(91.285)	(71.013)
Passivos financeiros		(1.773.005)	(1.485.314)	(2.091.627)	(1.838.776)
		(1.402.049)	(1.170.786)	(1.611.481)	(1.455.232)

(i) Os montantes apresentados também contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na nota explicativa nº 13.

Análise de sensibilidade de taxa de juros: As Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados de 25% e 50% de oscilação de taxa para a Companhia. **Ativos financeiros:** As operações de aplicações financeiras e mútuas a receber partes relacionadas, estão concentradas em investimentos pré-fixado atreladas à variação do CDI. **Passivos financeiros (exposição por tipo de risco):** Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório FOCUS. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e debêntures ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da Administração da Companhia e suas controladas e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

	Variável de risco	Valor contábil	31/12/2025		
			Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Caixa e equivalentes de caixa (i)	CDI	354.040	397.410	408.252	419.095
Aplicações financeiras	CDI	15.483	17.380	17.854	18.328
Passivo de arrendamento	CDI	(79.134)	(88.828)	(91.251)	(93.675)
Empréstimos e debêntures	CDI	(1.626.263)			

(...) Continuação (...)

DESKTOP S.A.

do desempenho do segmento. A conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional, tendo em vista que: • Todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em informações consolidadas; • O objetivo da Companhia é de prover aos seus clientes, serviços de telecomunicação; e • Todas as decisões estratégicas, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas.

26. Informações suplementares ao fluxo de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades da controladora e consolidado dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações que não envolvem caixa				
Arrendamento	31.948	18.760	41.319	32.310

27. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital: Em 02 de fevereiro de 2026, a Companhia aprovou o aumento de capital social, em decorrência do exercício de aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito do Plano, no valor de R\$ 182 (cento e oitenta e dois mil), mediante a emissão de 18.672 (dezoito mil, seiscentas e setenta e duas) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **b) Distribuição de dividendos:** Com base no balanço apurado em 30 de setembro de 2025, a Companhia aprovou, em 18 de dezembro de 2025, a distribuição

DIRETORIA

Denio Alves Lindo
Diretor Presidente

Bruno Silva Carvalho de Souza Leão
Diretor Financeiro, de M&A e Relação com Investidores.

Tiago José de Araújo - Contador - CRC 1R1J09067/O-5/TSP

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os abaixo assinados, Diretores da Desktop S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Avenida Ampélio Gazzeta, nº 1.421, Engenho Novo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.170.849/0001-15, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35300565266 ("Companhia") declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Sumaré, 17 de março de 2026.

Denio Alves Lindo - Diretor Presidente
Bruno Silva Carvalho de Souza Leão - Diretor Financeiro, de M&A e Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os abaixo assinados, Diretores da Desktop S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Avenida Ampélio Gazzeta, nº 1.421, Engenho Novo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.170.849/0001-15, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35300565266 ("Companhia") declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Sumaré, 17 de março de 2026.

Denio Alves Lindo - Diretor Presidente
Bruno Silva Carvalho de Souza Leão - Diretor Financeiro, de M&A e Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria

Relatório do Comitê de Auditoria

Informações iniciais: O Comitê de Auditoria da Desktop S.A. ("Desktop" ou "Companhia") é órgão não estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. É composto por um conselheiro independente e mais dois membros, sendo um deles especialista com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os membros são nomeados a cada dois anos pelo Conselho de Administração, que leva em consideração os critérios constantes da legislação e da regulamentação aplicáveis e as melhores práticas internacionais.

Atribuições e responsabilidades: A Administração da Desktop é a responsável pela definição e implementação de processos e procedimentos para a coleta de dados necessários ao preparo das demonstrações financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil e dos normativos pertinentes da CVM. A Administração é, também, responsável pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou a redução, a níveis adequados, dos fatores de risco da Companhia. O Comitê de Auditoria é o órgão não estatutário responsável pela supervisão da gestão de riscos da Companhia, sendo responsável por opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia; reportar periodicamente as suas atividades à administração ao Conselho de Administração; avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria baseia seu julgamento e forma suas opiniões considerando as informações recebidas da administração e comitês da Companhia sobre sistemas de informação, demonstrações financeiras e controles internos, e os resultados dos trabalhos da Diretoria, do Comitê de Compliance, do Auditor Interno e dos Auditores Independentes. O Comitê de Compliance é o órgão não estatutário responsável por supervisionar a adoção das rotinas internas e iniciativas a fim de evitar, detectar e/ou remediar possíveis riscos envolvendo as atividades da Companhia. A Auditoria Interna é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, e o cumprimento das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios financeiros. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras com vistas a

emitir parecer sobre sua aderência às normas aplicáveis. Como resultado de seus trabalhos, a auditoria independente emite relatório de recomendações sobre procedimentos contábeis e controles internos, bem como outros relatórios, como os das revisões especiais trimestrais. As funções e responsabilidades do Comitê de Auditoria estão descritas em seu Regimento Interno, que contempla os deveres definidos na Resolução CVM 23/2021. A versão mais recente deste documento foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de junho de 2021 e está disponível para consulta nos websites da Companhia (<https://www.ri.desktop.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).

Atividades do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria reuniu-se em 07 de maio de 2025, 06 de agosto de 2025, 05 de novembro de 2025 e 17 de março de 2026, com os membros da diretoria, auditores independentes e outros interlocutores. As decisões do Comitê constituem recomendações a serem seguidas pelos órgãos de administração da Companhia, respeitadas as alçadas estabelecidas no Estatuto Social e/ou na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e demais normas aplicáveis, sendo apresentadas à Administração da Companhia acompanhadas por fundamentação escrita que suporte suas recomendações e decisões.

Compliance, Controles Internos e Riscos Corporativos: O Comitê de Auditoria é de opinião que os procedimentos adotados para a manutenção da eficácia dos processos de controles internos e de gestão de riscos são adequados e aderentes à legislação em vigor.

Auditoria Independente: O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Auditores Independentes (KPMG Auditores Independentes) para revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) ao longo de 2025, assim como para exame e análise (i) das Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório Anual da Administração, ambos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras de 2025"), acompanhadas do respectivo Relatório dos Auditores Independentes, bem como (ii) da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Proposta de Destinação do Resultado"), em 17 março de 2026, onde foram discutidas as principais conclusões dos auditores. Todos os temas considerados relevantes foram abordados com o intuito de se avaliar os riscos potenciais envolvendo as demonstrações financeiras e a mitigação de tais riscos mediante procedimentos de auditoria e controle e, após discussões, tomando por base as informações e documentos disponibilizados, opinaram, por unanimidade, que referidos documentos estão adequados, se manifestaram de acordo com sua aprovação com as mencionadas informações contábeis. O Comitê procedeu à avaliação formal da Auditoria Independente com conclusão satisfatória, inclusive com relação a sua independência.

Conclusão: O Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que chegaram ao seu conhecimento, com base nos trabalhos efetuados e descritos neste relatório, estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As acionistas e administradores da Desktop S.A.

Nova Odessa - São Paulo

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Desktop S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Desktop S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na forma de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da receita dos serviços prestados: Veja a Nota 3.n e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principal assunto de auditoria:** O reconhecimento da receita da Companhia e suas controladas envolve a mensuração das receitas de serviços de internet, televisão e telefonia fixa, entre outros e leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como os valores dos diferentes planos de serviços oferecidos, os dados do histórico do consumo para cada tipo de serviço prestado e o ciclo de faturamento estabelecido pela Companhia com os clientes. A receita de serviços é registrada para cada transação ou grupo similar de transações e eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. Devido à complexidade dos dados usados na mensuração da receita para o elevado número de transações de serviços prestados e à relevância dos valores envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a) Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de registro da receita de serviços a faturar e faturado. b) Confronto, em base amostral, dos relatórios de faturamento com as respectivas faturas emitidas e tabelas de preços aprovadas ou evidências que suportam as tarifas sistêmicas para razoabilidade dos preços usados como base para reconhecimento da receita. c) Análise da base de dados da receita por tipo de serviço prestado com o objetivo de identificar transações não usuais registradas na receita. d) Teste, em base amostral, da precisão e existência dos dados utilizados no cálculo da receita incorrida, mas ainda não faturada. e) Análise das informações e valores dos serviços faturados no período subsequente, para cada tipo de serviço prestado e do ciclo de faturamento, com objetivo de verificar se são apropriados e se foram devidamente mensurados pela Companhia. As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à mensuração da receita incorrida, mas ainda não faturada alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada referente à mensuração da receita incorrida, mas ainda não faturada. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09-Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsis-

tente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/O-4 F
Rodrigo Ferreira Silva
Contador CRC RJ-115537/O-9



www.desktop.com.br